

mudar a



publicação do graal

- um espaço de reflexão crítica sobre as correntes e movimentos sociais do nosso tempo
- um estímulo à criação de modelos alternativos de vida em sociedade
- um olhar de fé sobre o hoje e o amanhã da história que vivemos



MULHERES E IGREJA

SITUAÇÃO DAS MULHERES NA IGREJA

A Igreja Católica é, ainda hoje, uma das raras sociedades onde a discriminação em relação às mulheres persiste não só ao nível das mentalidades e dos costumes, mas ao nível dos **princípios**. Daí um mal-estar crescente, que ninguém ousará negar. Uma sondagem publicada pelo seminário católico «La Vie», em Agosto de 1979, faz notar que metade das mulheres francesas entre os 18 e os 34 anos considera que a participação das mulheres na Igreja é inexistente ou insignificante». Entre as católicas praticantes inquiridas, um quarto é exactamente da mesma opinião.

Na origem deste mal-estar está não só o desnível crescente que se nota entre os critérios da sociedade civil e os critérios da Igreja, mas também, e em larga medida, as próprias contradições internas no seio da Igreja. Onde está a coerência entre a prática eclesial e a solene declaração do concílio: «todas as formas de discriminação (sexo, raça, etc.) devem ser eliminadas como contrárias ao desígnio de Deus»? Onde está — e isso é mais grave — a coerência entre a prática pastoral da hierarquia e o sentido profundo de libertação evangélica que a Igreja sempre anunciou?

A questão da igualdade de tratamento das mulheres na Igreja tem sido sobretudo debatida em torno do problema do acesso das mulheres ao ministério sacerdotal. É, sem dúvida, uma questão importante: o facto das mulheres não poderem receber o sacramento da ordem exclui-as, automaticamente, de certos sectores fundamentais da tomada de decisão da Igreja. Mas a questão vital não é essa. Mesmo em sectores do aparelho eclesiástico onde a ordenação não é requerida, as mulheres continuam praticamente ausentes. É o caso da Curia romana onde as mulheres formam apenas 5 % dos efectivos; são os casos da Comissão Bíblica Pontifical, da comissão internacional de teologia, da congregação

de revisão do direito canónico, da congregação para a Interpretação de Vaticano II. O documento «Ministeria Quaedam» de 15 de Abril de 1972 lembrava mesmo que uma função tão simples como a de leitor nas cerimónias litúrgicas, «conformemente à venerável tradição da Igreja, é reservada aos homens!»

Em nosso entender, a leitura do efeito cumulativo de todos estes interditos deve fazer-se mais **ao nível simbólico** do que ao nível funcional. Através deles a Igreja não faz senão justificar, sacralizando-os, estereótipos comuns como os da impureza, da culpabilidade, da versatilidade e da menoridade das mulheres.

COMPLEMENTARIDADE OU RECIPROCIDADE?

Pelos anos cinquenta, e correspondendo a um desejo pastoral real de fazer face ao progresso social verificado no domínio da promoção das mulheres, a Igreja começou a esboçar aquilo a que se poderia chamar uma «teologia da feminilidade». Os grandes eixos dessa teologia são, como é sabido, os conceitos de virgindade e maternidade.

Enquanto o homem era definido na sua vocação **essencial** de filho de Deus, a mulher definia-se por um dos seus modos **existencial** de estar no mundo: a maternidade. Mulher eterna, mulher mítica, ela aparece cortada de toda a relação inter-pessoal e conflitual com o homem e com a cultura. Fala-se da sua «vocação no plano de Deus» e, ao mesmo tempo, define-se a sua «natureza», imóvel, submissa, elemento de estabilidade da família fechada, indispensável ao equilíbrio da sociedade patriarcal. A «mulher eterna» é investida do terrível poder de tudo perder ou de tudo salvar. Sofrer ou seduzir: tal é o seu destino. Destino que os clérigos, entre o medo e a sublimação, fortemente condicionados pela sua educação, pelo seu

celibato, pelos seus privilégios, se comprazem em sublinhar.

Uma tal teologia da feminilidade implica, obviamente, como seu corolário, o conceito de **complementaridade**. Só que essa complementaridade tem ainda como eixo o homem, a quem a mulher fornece o complemento útil e o suplemento agradável. Trata-se apenas de uma divisão funcional de tarefas e de papéis, segundo um modelo que correspondeu sem dúvida a uma época, mas que está hoje definitivamente ultrapassado.

Nunca é demais insistir sobre o **desperdício** que resulta de uma tal relação entre os sexos: alienação mútua, medo recíproco, comportamentos estereotipados. Desperdício para as pessoas — homens e mulheres — encerradas num esquema que limita a personalidade e não respeita as suas possibilidades de criação. Desperdício para a família, donde o homem está ausente porque a mulher está omnipresente. Desperdício para a sociedade «viril», que se torna violenta e competitiva. Desperdício para a Igreja, dominada por modelos orga-

nizativos esclerosados, alheios aos seus tesouros de profetismo.

Não se trata, pois, de defender a todo o preço o acesso das mulheres a esta ou àquela função, independentemente das suas preferências ou da sua preparação. Trata-se, sim, de fazer a **aprendizagem da reciprocidade sexual**, baseada na diferença primeira, privilegiada e fundadora que inaugura todas as outras diferenças.

O problema do lugar das mulheres na Igreja só se resolverá quando for posta em prática uma verdadeira eclesiologia dos baptizados, uma nova teologia dos ministérios, uma nova relação da Igreja com a natureza, a cultura, a história, na perspectiva daquilo que João XXIII saudou como os «sinais dos tempos».

M. T. Van Lunen-Chenu
in «Femmes et hommes:
co-responsabilité éclésiale»
Dossier, Bruxelas, Junho 1980

AO MEU IRMÃO JOÃO PAULO

*carta dirigida ao Papa João Paulo II pela teóloga
holandesa Catherine Halkes, em Dezembro de 1980*

Pode surpreender-te este meu tratamento, mas o facto de o ter escolhido é precisamente a chave que te ajudará a compreender esta carta. Dirijo-me a ti porque estou profundamente preocupada com o efeito negativo que muitas das tuas palavras às mulheres e sobre as mulheres estão a ter sobre elas.

Como mulher-crente e como teóloga, peço-te insistentemente que entres em diálogo connosco, mulheres. Em muitos dos teus discursos falas das mulheres como se a sua vocação por excelência fosse a maternidade. Esqueces que muitas mulheres procuram hoje a sua identidade e a sua vocação na vida fora dos esquemas determinados por outros, especialmente quando esses «outros» são os homens pensadores, teólogos e professores que falam em nome da Igreja.

Sabemos que temos a possibilidade biológica de conceber e de dar à luz. Mas não cremos que este seja o único factor determinante das nossas vidas. Acreditamos que ele pode ser transcendido por uma escolha de vida em que a maternidade se não realiza directa e imediatamente.

Ao classificares de «egoísta» a luta de tantas mulheres de hoje por uma maior autonomia e autodeterminação estabeleces uma falsa oposição entre a maternidade e o papel social das mulheres. Dás a entender que as mulheres são irresponsáveis quando escolhem um empenhamento social e assim tentam quebrar os modelos de uma sociedade masculinizada. Ao contrário do que parece pensar, a libertação das mulheres

decorre tanto do seu desejo de se tornarem sujeitos da sua existência como do seu desejo de contribuirem para uma humanização das estruturas da sociedade e da Igreja.

Em minha opinião, o magistério da Igreja ganhou muito em credibilidade se fossem tomadas a sério as novas lutas, descobertas e desejos que animam as mulheres de hoje. O que nos preocupa é a formação de uma nova antropologia. Mas essa nova antropologia não poderá basear-se em afirmações como a que fizeste em 12 de Março de 1979: «Segundo o Genesis 4/1, o homem é aquele que conhece (no sentido hebraico do termo, que inclui também a relação sexual) e a mulher a que é conhecida». É, uma vez mais, uma falsa oposição que reduz a mulher a um estado de passividade.

Quero assegurar-te, irmão João Paulo, que escrevo isto porque estou profundamente preocupada com o número crescente de mulheres para quem as tomadas de posição da Igreja se estão a tornar cada vez menos significativas. Por razões de natureza secundária, elas começam a pôr de lado a visão libertadora da mensagem de Jesus Cristo e acabam por abandonar a própria dimensão religiosa da existência, tão necessária às nossas vidas.

O meu desejo é apenas o de ser intérprete deste fenómeno junto de ti e, se fizeres confiança às mulheres, estou certa de que, em conjunto, encontraremos caminhos de maior diálogo e compreensão.

ESTADO DE VIDA OU PROJECTO DE VIDA?

1. A mulher, como o homem, define-se na sociedade não só pela forma como se assume na relação consigo mesma mas também pela expressão que toma a sua relação com os outros e com o mundo. Nas sociedades que temos conhecido até agora as relações de parentesco estruturam o corpo social mais vasto e têm definido prioritariamente a situação das mulheres. Assim é que tradicionalmente as mulheres são descritas como casadas, solteiras, viúvas, divorciadas.

Numa civilização em que o homem é a norma e o eixo de todas as relações, os «estados de vida» referidos tendem a subordinar a situação da mulher à relação concreta com o homem. E se é certo que o esforço de igualização entre os homens e as mulheres — que se traduziu, a nível mundial, e especificamente através da ONU, por medidas unanimemente aprovadas relativamente à idade mínima de casamento, ao imperativo do consentimento da mulher para o casamento, à protecção das mulheres viúvas ou divorciadas no que diz respeito ao sustento da família, etc. — representou, a muitos níveis, um avanço significativo para a causa das mulheres, é também certo que tal esforço perpetua a convicção de que é em termos da sua relação sexual ao homem que a mulher prioritariamente se define. Para tornar patentes os efeitos negativos desta concepção, importaria definir também o homem pela situação que o vincula à mulher: solteiro, casado, viúvo, divorciado, e fazer decorrer daí as exigências e as condições de exercício de outras actividades...

É hoje um dado que muitas mulheres têm feito estalar o quadro estreito em que a relação ao homem se processava, recusando a sua exclusiva definição social como «mulher de...». A verdade, porém, é que as mulheres, tal como os homens, se encontram sujeitas a um quadro de influências em que o mimetismo facilmente se converte em norma, o que faz com que a autonomia procurada não seja, em muitos casos, senão aparente.

Assim, se é certo que a reivindicação de «un lit à soi», e de «a room of her own» são o justo grito de vidas inteiras sujeitas a uma promiscuidade violadora da intimidade e do mistério da existência, o que é facto é que os novos comportamentos assumidos na prática pelas mulheres nem sempre introduzem formas alternativas válidas de estruturar relacionalmente a sociedade. Quantas vezes vemos naufragar na mais repetitiva monotonia o que na sua singularidade fora um grito de liberdade e de autenticidade!

2. É frequente ver referências ao «papel da mulher» na sociedade, na família, na Igreja. Ora não há um papel específico da mulher que a remeta para atitudes próprias.

O papel de alguém é a sua posição relativa assumida nos conjuntos humanos, nas comunidades. Assim, aquilo a que se chama o «papel» corresponde sempre

à expectativa do outro, ao investimento afectivo dos outros e, por isso, necessariamente, aos equilíbrios de poder no seio das comunidades.

É costume dizer que o papel da mulher é ser mãe. Ora, na vida das mulheres de hoje a maternidade, com com todas as suas consequências implica, no máximo, 12 a 15 anos — menos do que um curso médio ou universitário. Durante esse período, o papel da mãe é, sem dúvida, fundamental, mas atenua-se noutras fases e noutras condições da existência. Neste contexto, não pode aceitar-se que o «papel» das mulheres seja exclusiva ou predominantemente referido em termos de maternidade ou em termos de «suporte» da família, sobretudo quando está em causa a família nuclear. A família não diz só respeito à mulher nem a mulher se define apenas em função da família.

Do mesmo modo, também as numerosas funções que as mulheres realizam não podem ser preferencialmente canalizadas para um ou outro sector da vida social. A «função» tem que ver com o conjunto de tarefas definidas em relação a um determinado trabalho a realizar. Tem que ver sobretudo com a relação ao mundo na sua forma imediata de interacção com as coisas, as ideias, as instituições, através do trabalho.

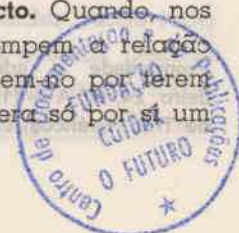
A vida das mulheres caracteriza-se, na prática, por uma grande multifuncionalidade de tarefas. Tais funções não decorrem necessariamente do estado de vida e muito menos do facto de se ser mulher. Referem-se, quando muito, ao quadro cultural em que os «papeis» sociais se inserem, variando com os tempos e os lugares, segundo a economia própria de cada trabalho. É assim que as «funções» associadas à maternidade variam seguramente de uma cultura para outra e de um tempo para outro.

3. O conceito de «vocação» é um conceito com fortes tradições na economia cristã e na ideologia da Igreja. Torna-se importante retomá-lo à luz da experiência e da reflexão das mulheres do nosso tempo.

Se a vocação é «apelo» (diríamos hoje «desafio»!), onde se confundem as «vozes» vindas da experiência, as aspirações sentidas e reflectidas como «sinais» de Deus, só a mulher que se assume como tal, na sua relação com os outros e com o mundo, estará em condições de responder a esse apelo.

A vocação exprime a orientação e o sentido, o alcance e a profundidade de uma vida. Vida que se inscreve num **projecto** — matriz de todas as escolhas, bússola de todas as decisões, horizonte de todos os caminhos. É esse projecto que dá sentido a tudo o resto. Dele dizemos que faz «sistema» com as componentes diferenciadas da vida da mulher: relações, actividades, papeis e funções.

O estado de vida das mulheres não é, pois, de modo algum, o equivalente da sua vocação. Para que o estado de vida possa ser assumido como vocação, ele tem de fazer parte de um **projecto**. Quando, nos tempos de hoje, muitas mulheres rompem a relação que sustentara o seu casamento, fazem-no por terem pensado um dia que a vida a dois era só por si um



projecto. Esquecem que a vocação está longe de ser unicamente definida ao nível da gestão da sexualidade. Esquecem sobretudo que a sexualidade não se actualiza apenas numa vida afectiva intensa; actualiza-se também na relação específica e pessoal de cada um ao trabalho, ao dinheiro, à autoridade, à violência, ao poder... A sexualidade articula-se com todos os outros aspectos do projecto de vida.

Fica pois esvaziado de significado o conceito de vocação que a reduz à gestão da sexualidade e, no limite, ao estado de vida. A vocação é um apelo que se inscreve no imediato, mas que se desdobra no tempo

porque tem o seu horizonte no futuro. A fidelidade que lhe está associada não decorre, pois, de um «estado de vida» escolhido no passado, mas da força com que é procurada a realização subjectiva e objectiva de um projecto de vida. A realização desse projecto é costume chamar, em termos cristãos, **missão**.

Maria de Lourdes Pintasilgo
Conferência no Centro de Estudos
Teológicos de Poitiers
Maio 1982

MULHERES QUE SE DIZEM IGREJA

por ocasião da visita a Portugal do Papa João Paulo II, cerca de trezentas mulheres, na grande maioria actuais ou antigas dirigentes de organizações católicas, dirigiram-lhe a seguinte mensagem:

1. Somos mulheres que cresceram e vivem alimentadas pela Fé no Cristo libertador.

Somos mulheres que se dizem Igreja: Igreja lugar de comunhão entre todos os que se confessam fieis à Boa Nova trazida pelo Evangelho; Igreja anúncio profético de uma Nova Terra de justiça e fraternidade.

Somos mulheres que vivemos ao ritmo do mundo do nosso tempo: mulheres convictas da contribuição única e insubstituível que podem trazer aos mais variados sectores da vida social; mulheres conscientes das situações de discriminação e de silêncio a que, por norma, as mulheres continuam a ser votadas; mulheres que procuram a justiça e a verdade e que sentem que essa procura se choca com valores e normas de uma cultura ultrapassada.

2. A Sua Santidade o Papa João Paulo II, que se desloca a Portugal como peregrino em oração a Maria — Mulher entre as mulheres — vimos exprimir a nossa apreensão perante o alheamento das autoridades eclesiásticas face aos múltiplos problemas que afectam o quotidiano das mulheres de hoje: problemas relativos à sexualidade, à família, ao

trabalho, à participação na vida pública, à humanização de todos os sectores da vida em sociedade. Problemas que têm a ver com a nossa condição de seres livres e responsáveis, na procura de uma vida mais digna para todos os homens e mulheres.

3. Pedimos a Sua Santidade que atenda às amarguras, às dificuldades e às preocupações de tantas mulheres que sofrem nas suas vidas dramas profundos provocados pelo confronto entre a sua consciência e certos preceitos da moral eclesial.

Pedimos a Sua Santidade que as normas pastorais da Igreja se enraizem na verdade e no concreto da vida.

Pedimos a Sua Santidade que escute e acolha a palavra das mulheres e que cada vez mais elas sejam chamadas a tomar parte activa e responsável nas decisões pastorais que lhes dizem respeito.

Dirigimo-nos a Sua Santidade o Papa João Paulo II, peregrino da Paz e pastor da Igreja universal, em espírito de comunhão com uma Igreja renovada, atenta aos sinais dos tempos, lugar de esperança para todos os homens e mulheres de boa-vontade.